

11º CONGRESSO
DE INOVAÇÃO
DA INDÚSTRIA
____ 2026

MANIFESTO DA INDÚSTRIA PELA INOVAÇÃO

INDÚSTRIA BRASILEIRA:
PLATEIA OU PALCO NAS TRANSIÇÕES
ENERGÉTICA, CLIMÁTICA E DIGITAL?



CORREALIZAÇÃO

REALIZAÇÃO

IEL Instituto
Euvaldo
Lodi

SENAI Serviço Nacional
de Aprendizagem
Industrial

SESI Serviço
Social
da Indústria

SEBRAE

CNI Confederação
Nacional
da Indústria

MANIFESTO DA INDÚSTRIA PELA INOVAÇÃO

11º CONGRESSO DE INOVAÇÃO DA INDÚSTRIA

INDÚSTRIA BRASILEIRA: PLATEIA OU PALCO NAS TRANSIÇÕES ENERGÉTICA, CLIMÁTICA E DIGITAL?

MUNDO INCERTO, PROGRESSO TÉCNICO ALUCINANTE

Tensões geopolíticas, crises climáticas e uma revolução tecnológica sem precedentes estão redesenhando o mapa da competitividade global. O Brasil tem ativos únicos para disputar protagonismo nessa virada histórica – mas segue, por ora, mais como espectador do que como protagonista.

Vivemos uma época singular, de incertezas. Tensões geopolíticas, guerras, eventos climáticos extremos, envelhecimento populacional e persistentes desigualdades marcam o cotidiano das organizações e das pessoas. Por detrás desses fenômenos, disputas de hegemonia, concorrência acirrada e um ritmo de progresso técnico alucinante, transformativo.

As transições climática, energética e digital estão reescrevendo, ao mesmo tempo, as regras do jogo produtivo. Nenhuma posição está garantida – mas nenhuma está definitivamente perdida. É exatamente na instabilidade das grandes transições que emergem oportunidades.

Enquanto as regras ainda estão sendo escritas, as vantagens do passado valem menos e as do futuro ainda não se solidificaram. Em períodos como este, não vence quem apenas se adapta; vence quem disputa, define padrões e ocupa nichos estratégicos. Transições não são apenas rupturas tecnológicas: são redistribuições de poder e de posições competitivas.

O Brasil está jogando esse jogo ou oscilando entre autocomplacência e conformismo? O país possui ativos únicos – indústria diversificada, matriz elétrica relativamente limpa, ampla base de recursos naturais, a maior biodiversidade do planeta, mercado interno de escala e massa crítica científica em várias áreas. Ainda assim, muitas vezes se comporta como se estivesse condenado a permanecer fornecedor de commodities e seguidor tardio em tecnologias críticas.

A pergunta incômoda é inevitável: por que um país com tantas janelas de oportunidade insiste em agir como se estivesse na plateia das transições, e não em alguns de seus palcos de protagonismo?

UM MUNDO SEM RECEITAS PRONTAS

Pela primeira vez na história industrial, não há modelos a copiar nem líderes a seguir. A corrida tecnológica global é disputada em campo aberto – e o Brasil ainda não decidiu onde quer jogar.

Diferentemente de ondas anteriores de industrialização, não há hoje trajetórias tecnológicas claras, padrões de concorrência estáveis ou “receitas prontas” a copiar. Países seguidores, no passado, sabiam para onde correr: sempre havia uma referência de modelo empresarial, tecnológico e produtivo. *Catching up* significava aprender, copiar e adaptar na esperança de alcançar os líderes.

Hoje, os jogos ainda não estão jogados. Mas as janelas são estreitas e o ritmo de mudanças, brutal.

O sistema de Inteligência Artificial generativa ChatGPT alcançou 100 milhões de usuários em dois meses; o TikTok, em nove meses. O custo do sequenciamento genômico caiu mais de 99% em duas décadas. A energia solar fotovoltaica teve redução de cerca de 90% no custo por watt nos últimos quinze anos.

Tecnologias emergentes – inteligência artificial, genômica, computação quântica, armazenamento de energia e manufatura avançada – se materializam em aplicações produtivas a partir de escolhas estratégicas que combinam capacidades científicas, empresariais, regulatórias e societais.

Países que pretendem avançar atuam com estratégias ousadas de proteção e promoção de interesses nacionais, frequentemente sob o guarda-chuva da chamada “autonomia estratégica”. Reorientam cadeias de valor, redefinem padrões regulatórios, mobilizam recursos e ampliam investimentos em pesquisa, desenvolvimento e capacidades produtivas críticas.

A questão não é se o Brasil deve embarcar nessas transições – é como e onde.

Se as barreiras à entrada ainda não estão consolidadas, se os padrões tecnológicos permanecem em disputa e se as hierarquias produtivas ainda são instáveis, por que não estamos plenamente organizados para disputar essas oportunidades?

A combinação das transições climática, energética e digital está sendo usada para redefinir o mapa da divisão internacional do trabalho. Qual o lugar que o Brasil quer – e pode – ocupar nesse novo mapa?

BRASIL: UMA INDÚSTRIA EM BUSCA DE AVANÇOS

Produtividade em 30% da média da OCDE, investimento em P&D de apenas 1,2% do PIB e apenas 17% das empresas usando inteligência artificial: os números revelam uma indústria brasileira presa entre o potencial de gigante e a ambição de coadjuvante.

A produtividade do trabalho brasileira foi de apenas cerca de 30% da média da OCDE em 2023, patamar em que permanece há anos. Nas exportações de manufaturados, aproximadamente 60% estão associadas a setores baseados em recursos naturais, enquanto produtos de alta intensidade tecnológica representam apenas cerca de 5%.

Pelo lado das capacidades, o investimento em capital fixo está em torno de 18% do PIB, abaixo da média mundial de cerca de 23% (excluindo a China). Em 2024, o investimento em P&D no Brasil foi de aproximadamente 1,2% do PIB – cerca de US\$ 42 bilhões – comparado a 3,5% nos Estados Unidos, 4,9% na Coreia do Sul e 1,5% na Espanha.

Segundo o MCTI, o dispêndio empresarial em relação ao PIB em 2023 foi de 0,63% e esta relação não tem mudado nos últimos 25 anos. De acordo com a pesquisa PINTEC Semestral recém-divulgada, em 2024 o Brasil possuía aproximadamente 10 mil empresas industriais com mais de 100 empregados. Destas, 66% são inovadoras e em torno a 3.300 investiram em P&D o montante de R\$ 40 bilhões. As nossas ambições de futuro deveriam levar em consideração esta trajetória do passado.

Porém, os esforços em inovação, digitalização e práticas ambientais são desiguais. Em P&D, 86% dos recursos são mobilizados por empresas com 500 ou mais empregados. Setores como farmacêutico, químico, eletroeletrônico e bens de capital concentram os investimentos.

Nas práticas ambientais, embora 75% das empresas industriais com mais de 100 empregados realizem algum tipo de dispêndio ambiental, apenas 21% possuem certificação ISO 14.001. O caminho é longo, mas os sinais de progresso são encorajadores. Em 2022, apenas 17% das empresas recorriam à inteligência artificial, e de forma pontual, sobretudo em funções administrativas. Em 2024, esse número mais do que duplicou, alcançando os 42%.

A cooperação empresarial ocorre principalmente com fornecedores, clientes e centros de capacitação técnica, enquanto a articulação com universidades e centros de pesquisa permanece limitada.

Na avaliação das empresas industriais, os obstáculos são claros: custos elevados de investimento, mercados domésticos que frequentemente limitam escala e retorno, priorização estratégica insuficiente em muitas organizações, cadeias produtivas ainda pouco articuladas e alcance restrito do fomento público.

O resultado é um padrão de inovação predominantemente incremental – mais defensivo e adaptativo do que disruptivo. Por trás desse perfil está uma indústria em estágio intermediário, marcada por fortes assimetrias. Um núcleo de grandes empresas concentra esforços de inovação, digitalização e práticas ambientais, enquanto a maioria das empresas de menor porte permanece presa a margens estreitas, baixa escala e capacidades limitadas.

A provocação central é simples: por quanto tempo o Brasil continuará vivendo nesse limbo – grande demais para ser irrelevante, mas pouco ambicioso para ser protagonista?

DESAFIOS E DILEMAS

As janelas de oportunidade para a indústria brasileira estão abertas – mas não por muito tempo. Enquanto outros países já ocupam posições nas novas cadeias produtivas, o Brasil ainda debate para quem inovar, quanto investir e onde concentrar esforços.

As janelas de oportunidade estão abertas, mas não permanecerão abertas indefinidamente. Outros países – alguns com menos ativos que o Brasil – já estão ocupando posições relevantes nas novas cadeias associadas às grandes transições.

Se continuarmos tratando transição energética, climática e digital como tema de conferência – e não como eixo organizador de escolhas estratégicas – corremos o risco de acordar, mais uma vez, em um mundo redesenhado por outros.

A pergunta final, portanto, não é se o Brasil pode ser protagonista. A pergunta é se estamos dispostos a pagar o preço político, institucional e social necessário para disputar esse lugar.

O país enfrenta simultaneamente desafios quantitativos e qualitativos.

Como ampliar o número de empresas inovadoras? Como sustentar e qualificar os investimentos dos atuais inovadores? Como induzir maiores esforços nas empresas que já investem em P&D?

Do ponto de vista qualitativo, as agendas centrais – climática, energética e digital – estão em permanente transformação. Como escolher alvos em movimento? Se o Brasil possui massa crítica mínima em vários campos relevantes, mas enfrenta limitações de recursos e diferenças profundas de capacitações, induzir capacitações para quê e para quem?

As empresas atrasadas devem ser promovidas para reduzir assimetrias? Fortalecer o segmento intermediário? Concentrar esforços na elite empresarial para competir globalmente? Mirar todos? Ou tentar saltar para novos nichos tecnológicos?

Cada caminho pode demandar recursos, tempos e capacidades distintas.

SAINDO DA ZONA DE CONFORTO

O Brasil tem oportunidades concretas nas transições energética, climática e digital – de energia limpa a manufatura avançada. O que falta não são ideias: faltam estratégias consistentes, coordenação institucional e coragem política para transformar potencial em protagonismo.

As transições em curso abrem espaços para o Brasil competir como fornecedor de insumos e como produtor de soluções tecnológicas e organizacionais em diversas áreas: descarbonização e energia limpa, fármacos e biomateriais, sistemas agroalimentares de baixo carbono, manufatura digital e circular e soluções digitais para indústria, serviços e infraestrutura.

O que falta não são ideias de atividades promissoras. O que falta são estratégias consistentes, de longo prazo, para transformar essas possibilidades em trajetórias concretas de



especialização e diversificação produtiva – com escala, densidade de encadeamentos e capacidade de gerar e reter valor no país.

Experiências internacionais mostram que políticas públicas e estratégias privadas aumentam sua efetividade quando possuem atributos claros: priorização estratégica no mais alto nível de governo, capacidade de diferenciar instrumentos conforme o estágio de desenvolvimento das empresas e convergência entre crédito, incentivos tributários, compras públicas, apoio à P&D e formação de talentos.

Programas e instrumentos precisam ser coordenados, possuir condicionalidades claras e contar com sistemas robustos de monitoramento e avaliação. Recursos previsíveis, capacidades estatais eficientes e segurança jurídica são condições essenciais.

Sem esses requisitos, corre-se o risco de que iniciativas recentes – como a Nova Indústria Brasil e o Plano de Transformação Ecológica – repitam padrões conhecidos: boas intenções, resultados parciais e frustração recorrente.

O desafio central não é apenas técnico. É político no sentido mais amplo: construir consensos sobre prioridades, mobilizar recursos de forma sustentada, desenvolver capacidades institucionais e coordenar múltiplos atores em torno de objetivos compartilhados.

Em um mundo onde os jogos ainda estão sendo jogados, escolher quais oportunidades disputar exige visão, precisão, coragem para assumir riscos calculados – e, sobretudo, a arte de equilibrar ambições com possibilidades.

UM CHAMADO À AÇÃO

A partir do diagnóstico apresentado neste manifesto, a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) consolidaram um conjunto de diretrizes e propostas para fortalecer a inovação industrial brasileira.

As recomendações abaixo buscam transformar as oportunidades abertas pelas transições ecológica, energética e digital em **trajetórias concretas de competitividade, geração de valor e protagonismo internacional da indústria brasileira**.

1

Brasil precisa de uma estratégia de Estado, de longo prazo, clara e consistente, com vistas a fortalecer a inovação no país

Brasil deve perseguir uma Estratégia Nacional de Inovação de longo prazo. Políticas fragmentadas e sujeitas a descontinuidades institucionais limitam a coordenação entre indústria, ciência e educação, reduzindo o impacto dos instrumentos de fomento existentes. É necessário estabelecer um marco estratégico que oriente investimentos públicos e privados em PD&I por pelo menos duas décadas, com metas claras e governança robusta. Cinco frentes de ação são prioritárias:

Institucionalizar uma Estratégia Nacional de Inovação com horizonte de médio e longo prazos, definindo prioridades tecnológicas, metas mensuráveis e instrumentos de implementação. A previsibilidade gerada por esse marco reduz incertezas, estimula investimentos privados mais ambiciosos e fortalece a capacidade do país de responder às grandes transições globais.

Criar mecanismos permanentes de governança interministerial, garantindo alinhamento entre as políticas industrial, científica, educacional, ambiental e digital. A coordenação sistêmica entre áreas de governo amplia a eficiência dos instrumentos de fomento e evita sobreposições e lacunas na execução das políticas públicas de CT&I.

Estabelecer instâncias formais de participação do setor produtivo, da academia e da sociedade civil na formulação, monitoramento e revisão periódica da estratégia. A inclusão desses atores orienta as políticas públicas para resultados concretos e fortalece a articulação entre empresas, universidades e centros de pesquisa.

Definir agendas tecnológicas prioritárias alinhadas às vantagens competitivas do país – como bioeconomia, energia limpa, digitalização industrial, novos materiais e agricultura de base tecnológica. Prioridades claras permitem concentrar recursos e esforços nas áreas com maior potencial de geração de valor e de posicionamento competitivo do Brasil nas cadeias globais.

2

Governos devem assegurar orçamento robusto, perene e respaldado por segurança jurídica

A modernização do ambiente regulatório e o incremento da segurança jurídica são os alicerces indispensáveis para que o Brasil converta seu potencial tecnológico em competitividade global. O atual cenário de complexidade normativa e o “apagão das canetas” inibem o apetite ao risco e paralisam projetos estratégicos. É chegado o momento de uma mobilização nacional entre indústria, academia e governo para atacar os entraves conhecidos e construir um ecossistema onde a inovação flua com previsibilidade.

Proteger os recursos públicos de inovação requer assegurar a estabilidade do FNDCT, impedindo novos contingenciamentos e preservando fontes permanentes de financiamento. A previsibilidade orçamentária é o alicerce indispensável para o planejamento de longo prazo nas empresas, visto que a ausência de garantias sobre o fluxo de capital inibe investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento que possuem ciclos de maturação extensos.

Fortalecimento Institucional e Autonomia do INPI. Devemos lutar pela transformação do INPI em uma Autarquia Especial, garantindo-lhe autonomia financeira e a recomposição imediata do quadro de examinadores para eliminar o represamento de patentes. A redução drástica dos prazos de concessão é um requisito básico para que a propriedade intelectual brasileira deixe de ser um gargalo e passe a proteger efetivamente a inovação nacional perante o mercado global.

Harmonização Normativa e Experimentação Socioambiental. É estratégica a criação de fóruns de diálogo permanente entre as esferas federal, estadual e municipal para eliminar

as contradições legislativas que hoje oneram a indústria. A implementação de sandboxes socioambientais descentralizados permitirá a experimentação de matrizes energéticas limpas sob supervisão, acelerando a validação de soluções que conciliem desenvolvimento econômico e preservação.

Regulação Inteligente da Inteligência Artificial. A regulação da IA no Brasil deve ser pautada pelo risco e focada em aplicações, evitando a criação de barreiras que sufoquem a soberania digital e a pesquisa aplicada. Precisamos garantir que a legislação evolua sem burocratizar excessivamente, protegendo dados industriais sensíveis enquanto permite que empresas ganhem competitividade com soluções de IA desenvolvidas no país.

Previsibilidade em Marcos Legais e Normas Operacionais. É necessário garantir estabilidade nos marcos regulatórios de setores estratégicos como gás e energia eólica, evitando mudanças abruptas que impactem investimentos de longo prazo. Paralelamente, é necessária a revisão das Normas Regulamentadoras (NRs), como a NR12, adequando-as às tecnologias modernas de robótica para reduzir custos de conformidade e destravar o licenciamento ambiental e sanitário de novos empreendimentos.

3

Governo, junto a instituições públicas e privadas, deve estimular projetos de alto impacto, voltados à resolução de problemas complexos da sociedade

É preciso aproveitar a janela de oportunidades aberta pelas novas tecnologias para elevar o padrão da indústria e da inovação. Projetos estruturantes, entendidos como projetos tecnológicos de alto impacto, são vistos como projetos de interesse nacional, focados no desenvolvimento de tecnologias e processos capazes de criar indústrias e elevar a competitividade da economia.

Por serem projetos de grande envergadura, exigem grande volume de recursos públicos e privados, mobilização de corpo técnico de alto nível em universidades e grupos de empresas (grandes, médias, pequenas e startups), além de uma gestão profissionalizada, marcada pela busca de resultados. Esse modelo, inspirado na Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa (em inglês, Defense Advanced Research Projects Agency, DARPA), deve adotar uma abordagem orientada por missões e operar com objetivos temáticos pré-definidos centralmente e voltada para alcançar alvos claramente especificados.

O Brasil, que já fez Proálcool (Programa Nacional do Álcool), possui expertise para diversificar ainda mais o seu sistema de inovação por meio da promoção de projetos de vulto, com grandes ambições tecnológicas. Nesse sentido, propõem-se:

Definir desafios nacionais a partir do alto escalão de governo, com assessoramento de especialistas e alinhamento com as áreas estratégicas para a indústria brasileira.

Concentrar recursos humanos de alto nível técnico e investimento em torno de projetos especiais para vencer desafios tecnológicos de alta complexidade, com base em uma articulação entre governo, empresas e universidades.

Priorizar áreas nas quais a indústria e a ciência brasileiras acumulam expertise de pesquisa e desenvolvimento e onde o investimento de alta escala tem potencial de gerar resultados elevados em termos agregação de valor e competitividade econômica.

Entre os alvos dessa política podem estar: vacinas e medicamentos com base em mRNA, sistemas de inteligência artificial para monitoramento da floresta e clima, combustíveis do futuro (hidrogênio, biocombustíveis, SAF) e tecnologias para monitoramento de portos e navegação.

4

O Estado deve ampliar o uso das compras públicas como instrumento indutor e inovações

O Estado brasileiro, na condição de maior comprador do país, detém um poder capaz de transformar o ecossistema de inovação. No entanto, a predominância de modelos tradicionais de licitação, marcados pelo excesso de burocracia e pelo receio jurídico dos gestores, mais um fator para o “apagão das canetas”, atua como um entrave ao progresso tecnológico. Uma mobilização conjunta entre o setor produtivo e o poder público pode ajudar a converter as contratações estatais em motores de desenvolvimento ágil. A adoção de marcos legais modernos e ferramentas de compartilhamento de risco é o caminho para garantir que o Brasil crie mercados e desenvolva fornecedores nacionais.

Expansão da CPSI e dos Sandboxes Regulatórios. Propõe-se a promoção ampla da Compra Pública de Solução Inovadora (CPSI) e a implementação de sandboxes regulatórios em todas as esferas da administração pública. Tais instrumentos permitem a contratação direta de deep techs e startups, criando ambientes controlados onde regras podem ser flexibilizadas para testar tecnologias disruptivas. A mobilização em torno desta pauta visa superar a rigidez dos ritos ordinários, permitindo que a inovação flua com a segurança jurídica necessária para o gestor e para o empreendedor.

Financiamento de Provas de Conceito para Desafios Sociais. A utilização da CPSI deve ser direcionada à resolução de problemas públicos complexos, como mobilidade urbana, saúde e desastres climáticos, por meio do financiamento de Provas de Conceito (POC). Esta abordagem assegura que o risco tecnológico seja compartilhado entre o Estado e a iniciativa privada, validando a viabilidade das soluções antes de sua escala definitiva.

Aprovação do PL 3.751/2023 e Uso do FNDCT. É fundamental a aprovação do PL 3.751/2023, que viabiliza o uso de recursos do FNDCT em Encomendas Tecnológicas (ETECs) para áreas estratégicas como defesa e saúde. A articulação política para destravar este projeto é vital para garantir que o capital público financie inovações de alto risco que garantam a soberania nacional. A estabilidade desses fundos permite um planejamento de longo prazo, essencial para projetos que demandam alta complexidade e longo ciclo de maturação.

Desburocratização e Regimes de Fast-track. A modernização das contratações exige a simplificação drástica dos processos de cadastramento de fornecedores inovadores, com a adoção de regimes de fast-track e atestados simplificados. A mobilização deve focar na remoção de barreiras documentais históricas que excluem startups competentes do mercado governamental, permitindo que a excelência técnica prevaleça sobre formalismos desnecessários. A integração de dados e o alinhamento com órgãos de controle são decisivos para conferir transparência e celeridade a esse novo fluxo.

Programas de Aceleração e Compras Garantidas. Incentiva-se a criação de programas de aceleração voltados especificamente para solucionar “dores” do governo, utilizando maratonas tecnológicas como hackathons para prefeituras. O diferencial proposto é a garantia de compra da solução validada pelo poder público, reduzindo a incerteza comercial das startups nascentes. Essa estratégia cria um ciclo virtuoso de inovação aberta, onde o Estado apresenta o desafio e o mercado provê a solução, fortalecendo a economia local e a eficiência pública.

5

Bancos e agências de fomento devem oferecer acesso simplificado aos recursos de apoio à inovação

O Brasil dispõe de recursos significativos para fomentar a inovação, mas burocracia, fragmentação e imprevisibilidade ainda impedem que esse capital chegue a quem mais precisa. Empresas, startups, MPEs e pesquisadores conhecem bem esse entrave. Chegou a hora de superá-lo. As propostas abaixo convocam o setor produtivo, o sistema de inovação e o poder público a agirem de forma coordenada para transformar o acesso ao fomento em alavanca real de competitividade.

Simplificar editais e processos de submissão é fundamental para que o acesso ao fomento seja pautado pelo mérito tecnológico e pelo impacto econômico, reduzindo a sobrecarga documental. A atual complexidade e a extensão dos editais de órgãos como FINEP e BNDES criam barreiras de entrada críticas, especialmente para empresas que não possuem equipes especializadas apenas em processos de captação de recursos.

Acelerar a análise e a liberação de recursos é vital para alinhar o tempo da administração pública à velocidade das transformações tecnológicas. O intervalo entre a aprovação e o desembolso efetivo, que hoje pode ultrapassar 18 meses, é incompatível com a dinâmica de mercado, muitas vezes resultando na obsolescência da inovação proposta antes mesmo do recebimento do capital.

Fornecer apoio técnico às MPEs e startups por meio de uma atuação integrada de instituições como SENAI, SEBRAE e ICTs permite auxiliar pequenas empresas na formatação e gestão de seus projetos. Esse suporte especializado é essencial para mitigar reprovações por falhas meramente processuais e para desonerar o empreendedor de manter estruturas administrativas pesadas, voltadas unicamente para a prestação de contas.

Adequar garantias à realidade das empresas de base tecnológica é necessário para não penalizar startups e deep techs, cujos ativos são majoritariamente intangíveis. A exigência de garantias reais que chegam a 150% do valor financiado deve ser substituída por modelos de compartilhamento de risco, como aportes de equity e subvenção econômica, garantindo fôlego financeiro durante as fases mais críticas de desenvolvimento.

Criar um cadastro nacional unificado do inovador permitiria centralizar as informações essenciais do proponente em um formulário padrão automatizado. A eliminação do preenchimento redundante para múltiplas agências de fomento otimizaria o tempo operacional do empresário e das próprias instituições financeiras, conferindo maior transparência e fluidez ao ecossistema de inovação.

Remover barreiras à importação científica envolve a desoneração tributária e a celeridade alfandegária para reagentes, insumos e equipamentos de laboratório. A atual morosidade logística, que faz com que insumos básicos demorem até 60 dias para entrar no país enquanto levam apenas dois dias em mercados internacionais, constitui um gargalo que encarece a pesquisa e atrasa a entrega de soluções disruptivas pela indústria nacional.

6

Instrumentos públicos de apoio à inovação devem ser modernizados e aprimorados, se adequando às diferentes realidades das empresas brasileiras, das startups de base tecnológica à grande empresa

A competitividade da indústria brasileira depende urgentemente de superarmos o paradoxo do fomento tradicional: possuímos recursos significativos que nem sempre chegam a quem inova. É preciso mobilizar o ecossistema para garantir que empresas inovadoras, de todos os portes, setores, regiões e atividades possam contar com instrumentos adequados à sua realidade produtiva. Com isso, se garante que o capital chegue à ponta, promovendo mecanismos de compartilhamento de risco tecnológico entre o Estado e a empresas. Portanto, é urgente aprimorar e modernizar os instrumentos de apoio à inovação das políticas industriais e de CT&I nacionais.

Democratização da Lei do Bem para o Lucro Presumido. Precisamos levar ao Congresso a urgência de expandir os benefícios da Lei de Incentivo à Inovação para empresas enquadradas no regime de Lucro Presumido, removendo a barreira que hoje limita o incentivo apenas ao Lucro Real. É necessária uma mobilização para que a maior fatia da indústria nacional deixe de ser excluída das isenções fiscais para pesquisa e desenvolvimento.

Regime fiscal especial para empresas de alta tecnologia. Empresas baseadas em empreendimentos que alinham ciência e alta tecnologia, como startups e deep techs, têm uma dinâmica diferente, com ciclos de crescimento bastante diferentes de empresas tradicionais. Com produtos resultantes de intensa pesquisa e desenvolvimento experimental, podem apresentar lucro mais tardiamente do que o esperado para a maioria das empresas industriais. Além disso, são, em sua maioria, compostas por pessoal dedicado à P&D. Por isso, um regime fiscal que ofereça dedução de impostos e compensação de prejuízos fiscais em período amplo para esse tipo de empresa seria uma aposta em atividades nas fronteiras tecnológicas e de alto valor agregado para a indústria.

Crédito de Longo Prazo e Juros Subsidiados. O setor produtivo clama por linhas de financiamento superior a dez anos que respeitem o tempo real de maturação da inovação. É imperativo pressionar pela criação de taxas de juros subsidiadas para PMEs e startups, garantindo que a vulnerabilidade financeira desses atores não impeça a conclusão de ciclos tecnológicos essenciais.

Tributação Verde e Economia Circular. É preciso lutar pela redução seletiva de ICMS e IPI para empresas que investem em descarbonização e na utilização de materiais reciclados. Transformar passivos ambientais em vantagens competitivas mensuráveis é o caminho para uma indústria moderna e integrada às cadeias globais de sustentabilidade.

Mais subvenção para P&D de Alto Risco e Biotecnologia. A subvenção econômica é vital para viabilizar o desenvolvimento de tecnologias complexas, como em Biotecnologia e

TICs, antes de sua escala comercial. É preciso garantir que o investimento direto suporte o alto risco inerente à inovação radical, evitando que boas ideias morram por falta de fôlego financeiro inicial.

Soberania Regional via Royalties e Fundos Locais. A criação de fundos regionais alimentados por royalties de petróleo e gás é uma solução estratégica para financiar a inovação nos próprios estados geradores. O valor do instrumento está em definir que as riquezas de recursos naturais sejam reinvestidas no desenvolvimento tecnológico e na inteligência local.

7

Instituições públicas e privadas devem capacitar profissionais nas áreas científicas e tecnológicas, de forma articulada às demandas das empresas, assim como repatriar e reter pesquisadores

O Brasil ocupa a 13ª posição mundial em produção acadêmica, mas apenas o 52º lugar no Índice Global de Inovação, um paradoxo que expõe o abismo entre ciência e setor produtivo. Some-se a isso o “apagão” de talentos em engenharias e áreas técnicas, que compromete o retorno dos investimentos em inovação e fragiliza a soberania tecnológica do país. Superar esse duplo gargalo exige mobilização coordenada entre empresas, universidades e governo para conectar formação acadêmica às demandas reais da indústria e transformar conhecimento científico em competitividade e riqueza nacional.

Expansão da Pesquisa Aplicada e Integração “do Paper ao PIB”. A ampliação de programas de pesquisa aplicada, como o modelo EMBRAPA II, a rede de Institutos SENAI de Inovação (ISI) e as iniciativas de Mestrado e Doutorado na Indústria, é identificada como essencial para conectar pesquisadores a desafios tecnológicos reais. Tais iniciativas buscam atrair e fixar talentos de excelência, assegurando que o conhecimento científico resulte em novos produtos e processos que elevem o Produto Interno Bruto (PIB) nacional por meio da inovação industrial.

Acesso a Bolsas de Pesquisa e Suporte Técnico para MPes. A facilitação da contratação de consultorias e o acesso a bolsas de pesquisa, como o programa Inova Talentos, possibilita que MPes desenvolvam projetos de P&D com suporte técnico de especialistas. A utilização de recursos públicos para cobrir custos operacionais mitiga o risco tecnológico inerente ao processo inovador, permitindo que pequenas indústrias incorporem ciência em sua rotina produtiva para ganhar eficiência e mercado.

Requalificação Profissional e Letramento Digital. A oferta de programas de reskilling e upskilling, aliados a um letramento digital massivo em IA e análise de dados, é vital para manter a produtividade da mão de obra já inserida. Essa atualização contínua funciona como um pilar estratégico para a retenção de talentos em um mercado em constante mutação, assegurando que o capital humano se adapte às novas ferramentas sem perda de competitividade.

Repatriação e Reintegração de Talentos da Diáspora. O fortalecimento de iniciativas como o Programa Conhecimento Brasil visa atrair e reintegrar pesquisadores brasileiros de alta qualificação que atuam no exterior. Ao apoiar a inserção desses talentos em projetos

industriais estratégicos, o país aproveita a experiência global para impulsionar a inovação e o desenvolvimento tecnológico local.

Fomento às Carreiras STEM desde a Base Educacional. A sustentabilidade do ecossistema depende do incentivo a plataformas de aprendizado experimental, como laboratórios de robótica, desde o ensino fundamental e médio. Ao despertar o interesse por carreiras STEM precocemente, o Brasil prepara as futuras gerações para o protagonismo tecnológico e resolve o gargalo de talentos no longo prazo.

8

Governos federal, estaduais e municipais devem ampliar a conectividade, a adoção de tecnologias habilitadoras e a infraestrutura necessária à transformação digital

A infraestrutura digital consolidou-se como fator de competitividade industrial, sendo a soberania de dados uma premissa básica para a segurança nacional e a autonomia econômica. Atualmente, a dependência de servidores estrangeiros, que realizam cerca de 60% do processamento de dados nacional, expõe o país a vulnerabilidades geopolíticas críticas. Torna-se imperativa uma mobilização coordenada para fortalecer a estrutura digital brasileira, aproveitando o aporte de R\$ 23 bilhões previstos no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA). O engajamento de todos os setores é fundamental para garantir que o país deixe de ser um mero consumidor de tecnologias externas e assuma o protagonismo na economia orientada por dados.

Expansão da Infraestrutura de Data Centers. O investimento na ampliação de data centers em território nacional é identificado como um caminho estratégico, impulsionado por regimes de incentivos como o REDATA e a implementação do Plano Nacional de Data Centers. A mobilização em torno desta pauta deve aproveitar a vantagem comparativa da matriz energética brasileira, majoritariamente limpa e renovável, para atrair grandes players globais interessados em processamento de alto desempenho com sustentabilidade ambiental.

Universalização da Conectividade e Internet de Alta Velocidade. Propõe-se a universalização da conectividade 5G e da internet de alta velocidade em áreas rurais e polos industriais remotos para viabilizar a digitalização e a IoT. É necessária a aplicação eficiente de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST para superar gargalos históricos de infraestrutura, permitindo que a integração tecnológica no campo e nas indústrias descentralizadas impulsione novos níveis de produtividade e eficiência operacional.

Desenvolvimento de Modelos de IA com Bases Nacionais. É considerada fundamental a criação de incentivos para o surgimento de modelos de IA treinados com bases de dados nacionais e voltados a soluções industriais específicas. A articulação em torno desta iniciativa visa reduzir a dependência atual de plataformas estrangeiras, cujos modelos refletem realidades externas, garantindo que as ferramentas de IA tenham maior aderência e eficiência na resolução das demandas reais da indústria brasileira.

9

Instituições públicas devem promover a gestão de resíduos e um marco regulatório moderno que estimule a transição energética

Competitividade e sustentabilidade devem estar integradas em qualquer estratégia industrial para assegurar resiliência econômica no cenário global. O Brasil, detentor de uma matriz energética predominantemente limpa, enfrenta o desafio de converter essa vantagem comparativa em ativos reais por meio da transição ecológica. É necessária uma mobilização coordenada para que o setor produtivo ultrapasse o mero cumprimento legal, adotando estratégias de circularidade e novas fontes renováveis para transformar resíduos em componentes valiosos de suas cadeias produtivas

Expansão da Infraestrutura de Biogás e Biometano. Propõe-se o incentivo à criação de infraestrutura para o tratamento de resíduos orgânicos, como esgoto, lodo e dejetos animais, visando a produção de biogás e biometano. O foco deve ser direcionado prioritariamente a polos agroindustriais com abundância de biomassa, permitindo a substituição de combustíveis fósseis por alternativas renováveis de menor custo e menor impacto ambiental.

Gestão Circular de Resíduos Industriais Complexos. É imperativo apoiar a destinação correta e o reaproveitamento de resíduos têxteis, plásticos e eletrônicos mediante o fortalecimento de parcerias com indústrias de reciclagem e a estruturação de sistemas eficientes de logística reversa. Tal medida visa fechar o ciclo produtivo, convertendo passivos ambientais em insumos produtivos e evitando o descarte desnecessário em aterros sanitários.

Remuneração pelo Capital Natural via PSA. A implementação de mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é vista como essencial para remunerar produtores rurais e comunidades tradicionais pela preservação de ecossistemas e pelo sequestro de carbono. Essa estratégia valoriza o capital natural brasileiro, incentivando a manutenção da floresta em pé e integrando a conservação ambiental à lógica de geração de renda.

Estabilidade Regulatória para Tecnologias Limpas. É urgente acelerar a regulamentação para o uso de fontes como o hidrogênio de baixo carbono e baterias estacionárias, garantindo a segurança jurídica necessária aos investimentos de capital intensivo. A consolidação de um mercado de carbono regulado e de taxonomias para investimentos verdes é fundamental para que o Brasil se posicione na fronteira da economia de baixo carbono.

Fiscalização Rigorosa e Reuso de Água. Propõe-se o enforcement rigoroso da Política Nacional de Resíduos Sólidos aliado ao incentivo sistemático ao reuso de água nos processos industriais. A neutralização de operações ilegais por meio de uma fiscalização eficiente é necessária para garantir uma competição justa no mercado e fortalecer o protagonismo das ecoinovações brasileiras em eventos internacionais como a COP 30.

10

Governos, instituições e empresas devem trabalhar juntos para levar informações até as empresas de todo o país

A disparidade entre a expressiva produção científica brasileira e sua efetiva aplicação no setor produtivo exige uma mobilização nacional para democratizar o acesso à informação tecnológica. O ecossistema de inovação só alcançará a maturidade necessária quando os recursos de fomento e as soluções geradas nos centros de decisão chegarem de forma fluida ao empresário na ponta. É imperativo que os atores da indústria, academia e governo se unam em uma agenda de difusão estratégica para converter conhecimento em nota fiscal, garantindo a competitividade e a soberania industrial do país.

Regionalização do Fomento via Caravanas de Inovação. A implementação de jornadas itinerantes por todos os estados brasileiros é identificada como a via essencial para reduzir assimetrias informativas e treinar empresas no acesso a recursos de agências como Finep e BNDES. Essa abordagem territorial permite que a inovação deixe de ser vista como um custo acessório e passe a ser compreendida como um imperativo de sobrevivência, especialmente para as pequenas e médias indústrias que operam fora dos grandes eixos tecnológicos.

Centralização de Canais e Articulação Institucional. A convergência estratégica entre CNI, SEBRAE, FAPs e Ministérios visa à criação de canais únicos que consolidem editais, referências técnicas e linhas de financiamento em um ambiente informativo centralizado. A mobilização em torno desta pauta busca simplificar a jornada do empreendedor, eliminando a atual pulverização de dados que gera confusão e inibe o investimento privado em projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Matchmaking Digital e Escala via Ferramentas de IA. O desenvolvimento de plataformas de matchmaking, potencializadas por inteligência artificial, é proposto para conectar demandas industriais reais às soluções de startups e centros de pesquisa. A atualização e difusão de ferramentas como o MEI Tools são consideradas vitais para superar o “vale da morte” tecnológico, facilitando o ganho de escala e integrando pequenos negócios inovadores às cadeias de valor das grandes indústrias.

Difusão de Cases e Premiações de Reconhecimento. A divulgação sistemática de casos de sucesso, por meio de instrumentos como o Prêmio Nacional de Inovação, é fundamental para transformar conquistas locais em referências inspiradoras para o setor produtivo nacional. O reconhecimento público de práticas inovadoras e pautadas em critérios de sustentabilidade (ESG) atua como um motor para atrair investidores estratégicos e sensibilizar o mercado sobre o valor agregado da nova indústria brasileira.

CONCLUSÃO

O Brasil está diante de uma janela histórica que definirá o futuro de sua indústria.

A convergência entre as condições únicas de sua matriz energética limpa, a abundância de recursos naturais estratégicos, um ecossistema institucional em maturação e o volume inédito de recursos mobilizados pelas políticas industriais e de inovação criam as condições para um salto qualitativo da indústria nacional. No entanto, vantagens comparativas não se convertem automaticamente em competitividade – isso exige escolhas, capacidade de governança institucional e ação coordenada do sistema nacional de inovação.

As diretrizes aqui apresentadas são respostas concretas a desafios identificados por empresários, pesquisadores e gestores públicos que compreendem que inovar deixou de ser opção para ser condição de sobrevivência. Desburocratizar, financiar, qualificar, digitalizar, descarbonizar e comunicar: esses são os verbos que precisam reger a política industrial, de ciência, tecnologia e inovação brasileira nos próximos anos.

A **MEI**, a **CNI** e o **SEBRAE** reafirmam seu compromisso com a construção de um Brasil mais inovador e de uma indústria mais competitiva, produtiva e sustentável.

Contribua com o aprimoramento das propostas. Envie sugestões e comentários para inovacao@cni.com.br

11º CONGRESSO
DE INOVAÇÃO
DA INDÚSTRIA
2026

MANIFESTO DA INDÚSTRIA PELA INOVAÇÃO

INDÚSTRIA BRASILEIRA:
PLATEIA OU PALCO NAS TRANSIÇÕES
ENERGÉTICA, CLIMÁTICA E DIGITAL?

CORREALIZAÇÃO

IEL Instituto
Euvaldo
Lodi

SENAI Serviço Nacional
de Aprendizagem
Industrial

SESI Serviço
Social
da Indústria

REALIZAÇÃO

SEBRAE

CNI Confederação
Nacional
da Indústria